

ANÁLISE DOS ARTIGOS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Marcelo Augusto dos Santos Silva¹

James Pirondi Correia²

Rodrigo Curto Palhares³

Maria Júlia Araújo Ferreira⁴

Resumo: O presente artigo realiza uma revisão de escopo com base em artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Ambiental, explorando a interseção entre Educação Ambiental e políticas públicas. Por meio de uma abordagem acadêmica, examina a sinergia entre esses dois campos, destacando a relevância da conscientização ambiental para a formulação e implementação de políticas eficazes. Analisa-se também o papel da Educação Ambiental na promoção da participação cívica e na construção de uma sociedade mais sustentável. Este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada das estratégias e desafios relacionados à integração da Educação Ambiental nas políticas públicas.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Política Pública; Meio Ambiente.

Abstract: This article carries out a scoping review based on articles published in the Brazilian Journal of Environmental Education, exploring the intersection between environmental education and public policies. Through an academic approach, it examines the synergy between these two fields, highlighting the relevance of environmental awareness for the formulation and implementation of effective policies. The role of environmental education in promoting civic participation and building a more sustainable society is also analyzed. This study contributes to a deeper understanding of the strategies and challenges related to the integration of environmental education into public policies.

Keywords: Environmental Education; Public Policy; Environment.

¹ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: marcelo.augusto13@unifesp.br

² Universidade Federal de São Paulo. E-mail: correia.james@unifesp.br

³ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: rodrigo.palhares@unifesp.br

⁴ Universidade Federal de São Paulo. E-mail: araujo.ferreira@unifesp.br

Introdução

Ao estudar a Educação Ambiental, tal como em outras áreas, há de ser considerado que vivemos em um país cujo se adota um Estado de Direito. Onde, mais do que isso, há um Estado Constitucional de Direito. Nesse viés, é relevante que se observe a necessidade dos marcos legislativos e normativos para a definição daquilo que pode ou não pode ser feito, lícito ou ilícito, o “dever-ser”. Sendo assim, podemos fazê-la observando as leis e demais normas, ainda que reconhecidamente não signifique uma aplicação dessas. Uma linha de pensamento focada na chamada “História das ideias” e uma outra linha focada na observação quanto à eficácia ou não daquilo que se idealiza nas normas. Assim, naturalmente somos levados a refletir na própria Constituição Federal, norma suprema do país, da qual nada pode surgir contra.

Ao explorar uma série de 12 artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA) sob o filtro de trabalhos publicados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2022, destacamos um conjunto de estudos que oferecem visões críticas e propositivas sobre a Educação Ambiental e seu papel na construção de uma sociedade mais justa, sustentável e responsável. Dentre os artigos selecionados, foi observado uma diversidade de temas e abordagens, que variam desde a análise da inserção da Educação Ambiental no contexto escolar, até reflexões sobre a formação de educadores ambientais críticos e a importância dos saberes tradicionais.

É de suma importância contextualizar a educação, especialmente a Educação Ambiental, à luz do movimento histórico, uma vez que as abordagens filosóficas e os paradigmas estabelecidos têm influenciado diretamente a forma de pensar e agir do ser humano, sendo apontados como fatores preponderantes para a crise ecológica contemporânea, ou seja, a crise global atual. Diante desse panorama, surge o questionamento sobre como implementar tais práticas no ambiente educacional diário e qual deve ser o papel do educador para assegurar a concretização dos princípios fundamentais da Educação Ambiental em um contexto emancipatório e transformador.

Construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade, de modo dialógico com os sujeitos envolvidos no processo educativo, no sentido de superar a visão fragmentada sobre a mesma... (IBAMA, 2000, p.18).

Políticas públicas de Educação Ambiental

O texto de Edson Grandisoli, Eliana Cordeiro Curvelo, Zysman Neiman, publicado em 2021, aborda as políticas públicas de Educação Ambiental (EA), fazendo uma retrospectiva dos principais documentos internacionais e políticas nacionais relacionadas ao tema. Ele discute visões sobre a prática da EA, destacando a importância da atuação com abordagens críticas e baseadas em investigação, projetos e problemas, visando transformações locais e globais por

meio do debate cidadão, participação e colaboração. Além disso, o texto aborda avanços e retrocessos nas diretrizes curriculares que orientam a prática pedagógica no ensino formal, com ênfase nos desafios enfrentados pelos educadores diante das constantes modificações das políticas públicas.

A partir de uma perspectiva histórica, o texto revisita conferências internacionais relevantes, como a Conferência de Estocolmo (1972), a Conferência de Tbilisi (1977), entre outras, destacando a evolução dos conceitos e práticas da EA ao longo do tempo. Também são mencionados documentos importantes, como a Carta da Terra e a Agenda 21, que contribuíram para a consolidação da Educação Ambiental como um campo interdisciplinar e crítico.

No que diz respeito à prática da EA, o texto destaca sua importância na formação de cidadãos conscientes e atuantes, capazes de promover mudanças em prol da sustentabilidade ambiental e da justiça social. Diferentes abordagens e correntes de pensamento são mencionadas, enfatizando a necessidade de uma visão interdisciplinar para compreender e abordar as complexas questões ambientais.

Em resumo, o texto analisa a história, formação e desafios das políticas públicas de Educação Ambiental, destacando a importância da atuação crítica e interdisciplinar na promoção de uma Educação Ambientalmente consciente e transformadora.

Indicadores de avaliação para o campo da Educação Ambiental no sistema educativo: processo de construção à luz do ciclo de políticas e da teoria da atuação

O texto de Solange Reiguel Vieira, Marília Andrade Torales Campos, Josmaria Lopes de Moraes, publicado em 2022, discute o processo de construção de indicadores de avaliação para políticas públicas de Educação Ambiental (PPEA) no sistema educativo, utilizando o Ciclo de Políticas e a Teoria da Atuação como fundamentos metodológicos. Ou seja, busca analisar e sugerir um mecanismo de “feedback” em relação à Educação Ambiental. A pesquisa começou localmente, envolvendo representantes das comunidades escolares em Curitiba, Brasil, e expandiu-se nacional e internacionalmente. Os indicadores foram desenvolvidos de forma participativa, visando à autoavaliação e automonitoramento da implementação das políticas de Educação Ambiental nas escolas. O estudo foi dividido em várias etapas, incluindo validação com professores e grupos de comunidades escolares, com o objetivo de aprimorar a Matriz de Indicadores. Os resultados mostram a importância da participação dos atores do contexto da prática na elaboração e validação dos indicadores, contribuindo para sua adequação e relevância para o contexto escolar.

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO REFLEXIVO CRÍTICO E CRIATIVO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Este artigo aborda a importância do pensamento reflexivo crítico e criativo na Educação Ambiental, destacando a lacuna entre discurso e ação na preservação ambiental. Apesar da crescente conscientização sobre questões ambientais, as práticas sociais ainda não refletem mudanças significativas. O texto propõe uma reflexão sobre a interconexão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, destacando a necessidade de um pensamento reflexivo e criativo para integrar esses dois aspectos. O pensamento reflexivo é visto como fundamental para compreender o contexto histórico, econômico e social, capacitando os indivíduos para a transformação social e o desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental é considerada um instrumento essencial para essa transformação, pois promove a reflexão crítica e o engajamento dos alunos nas questões ambientais, capacitando-os para escolhas conscientes e ações transformadoras. O artigo também discute a evolução histórica da Educação Ambiental e enfatiza a importância da abordagem interdisciplinar e do engajamento dos educadores na promoção de uma Educação Ambiental reflexiva e transformadora.

O texto discute a importância do pensamento reflexivo na Educação Ambiental, destacando a necessidade de uma abordagem mais integrada e crítica das questões ambientais. Apesar do crescente interesse na preservação ambiental, as práticas sociais ainda refletem uma desconexão entre discurso e ação. O texto propõe uma reflexão sobre a interdependência entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, argumentando que o pensamento reflexivo e criativo pode contribuir para integrar esses dois aspectos e promover uma mudança de paradigma na Educação Ambiental. A Educação Ambiental é vista como um instrumento essencial para essa transformação, pois promove a reflexão crítica e o engajamento dos alunos nas questões ambientais, capacitando-os para escolhas conscientes e ações transformadoras. O artigo também discute a evolução histórica da Educação Ambiental e enfatiza a importância da abordagem interdisciplinar e do engajamento dos educadores na promoção de uma Educação Ambiental reflexiva e transformadora.

O texto define a Educação Ambiental como um processo educativo voltado para a conscientização e ação em prol da preservação ambiental. Destaca a importância da sensibilização da comunidade e do desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos para a participação ativa dos cidadãos na proteção do meio ambiente. Discute também a origem histórica da Educação Ambiental, destacando sua emergência a partir de movimentos sociais preocupados com a degradação ambiental.

Os objetivos da Educação Ambiental são apresentados como centrados no desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, científicos e éticos. Destaca-se a importância da Educação Ambiental como um meio de emancipação do indivíduo, capacitando-o para uma participação ativa na construção de um futuro sustentável.

O texto destaca o papel da Educação Ambiental no contexto atual, enfatizando a importância da participação popular e da gestão sustentável dos

recursos naturais. Discute a necessidade de uma abordagem educacional que capacite os alunos para uma gestão ambiental responsável, promovendo valores como cooperação, paz, ética e solidariedade.

O pensamento reflexivo é apresentado como fundamental para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental crítica e transformadora. Destaca-se a importância de uma abordagem pedagógica que estimule a reflexão dos alunos sobre questões ambientais complexas, promovendo uma compreensão mais profunda das causas e consequências dos problemas ambientais. O texto também discute o papel do educador na promoção do pensamento reflexivo dos alunos, enfatizando a importância da interdisciplinaridade e do engajamento dos professores na abordagem de questões ambientais no contexto educacional.

A Educação Ambiental como meio para a sustentabilidade

O texto fala sobre como a Educação Ambiental pode ajudar a promover a sustentabilidade. Começa explicando como o consumismo e a intervenção humana estão causando problemas ambientais, e destaca a importância de encontrar um equilíbrio entre as necessidades presentes e futuras. Em seguida, discute os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, argumentando que é necessário considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais.

O texto também enfatiza o papel crucial da Educação Ambiental na conscientização e mudança de comportamento das pessoas para enfrentar os desafios ambientais. Além disso, aborda as políticas públicas e ações necessárias para promover a Educação Ambiental e incentivar práticas sustentáveis na sociedade.

Em resumo, o texto destaca a importância de educar as pessoas sobre questões ambientais para garantir um futuro sustentável, e mostra como as políticas públicas podem ajudar nesse processo.

As políticas de Educação Ambiental e suas repercussões sobre o planejamento da educação básica no ensino público brasileiro

O artigo aborda as políticas de Educação Ambiental no Brasil e suas implicações no planejamento da educação básica no ensino público. O objetivo do estudo é analisar como as políticas de Educação Ambiental estão sendo implementadas e como isso afeta o planejamento educacional, especialmente no contexto material dos professores. Ele discute a falta de articulação entre as políticas de Educação Ambiental e o planejamento da educação básica, destacando contradições e dificuldades na implementação dessas políticas nas escolas públicas brasileiras.

O texto examina diferentes perspectivas sobre as políticas de Educação Ambiental, desde uma visão que aponta para o desenvolvimento satisfatório dessas políticas até uma abordagem crítica que sugere que elas são

domesticadas para promover a alienação social. Também discute como a Educação Ambiental é tratada nas políticas públicas, destacando a importância da transversalidade, continuidade e permanência desse tema em todos os níveis de ensino.

Além disso, o artigo destaca contradições na implementação das políticas de Educação Ambiental nas escolas, como a criação de disciplinas específicas em vez de abordagens transversais. Também aponta para a falta de comprometimento e coerência das esferas do poder público e dificuldades das escolas em incorporar a dimensão ambiental nos currículos de maneira eficaz.

Em suma, o texto destaca a importância de repensar as políticas de Educação Ambiental e sua implementação nas escolas públicas brasileiras, a fim de promover uma educação que seja verdadeiramente transformadora e comprometida com a sustentabilidade ambiental.

Educação Ambiental para além do capital: um desafio do Século XXI

Este texto aborda a necessidade de repensar a relação entre sociedade e natureza, especialmente diante da crise ambiental, social e econômica agravada pela pandemia da COVID-19. Propõe a inclusão da teoria da complexidade no método científico e uma Educação Ambiental que transcendam os limites do capitalismo como ações transformadoras rumo a uma sociedade sustentável.

Ele discute a necessidade de suspender o imperativo de expansão do capital para criar sociedades sustentáveis. Destaca a importância da transição para um novo sistema reprodutivo e de um planejamento baseado em sustentabilidade democrática.

Além disso, analisa a relação da ciência contemporânea com as transformações antrópicas na natureza, argumentando que a construção do conhecimento deve ser transdisciplinar e dialógica. Destaca a necessidade de uma nova economia integrada à natureza e ressalta o papel da Educação Ambiental na formação de uma consciência crítica e responsável.

O texto também aborda a evolução do conhecimento científico, destacando o surgimento de novas teorias no século XX relacionadas à física quântica e à teoria da complexidade. Destaca-se a necessidade de superar o paradigma cartesiano que separa o ser humano da natureza e propõe uma visão mais integrada e interconectada.

Por fim, discute-se a complexidade do debate ambiental, desde os anos 1960 até os dias atuais, destacando eventos como a Conferência de Estocolmo em 1972 e a atual pandemia da COVID-19. Enfatiza-se a importância de uma abordagem inter/transdisciplinar para lidar com os desafios socioambientais e promover a sustentabilidade.

Romper paradigmas para construção de sociedades sustentáveis: agroecologia na formação de redes, economia local solidária e políticas públicas

Este texto aborda a crise social, ambiental e econômica global, agravada pela pandemia da COVID-19, como um reflexo dos limites do modelo de desenvolvimento capitalista. Ele destaca a necessidade de repensar esse modelo e propõe a inclusão da teoria da complexidade no método científico e uma abordagem de Educação Ambiental para além do capital como potenciais ferramentas transformadoras.

O texto argumenta que a transição para um novo sistema reprodutivo, além do capitalismo, se tornou uma necessidade histórica devido à intensidade da crise estrutural do sistema capitalista e ao agravamento causado pela pandemia. Destaca-se que o sistema atual, voltado para a expansão incessante e o desperdício generalizado, é insustentável e coloca em risco a vida planetária.

A discussão sobre a crise socioambiental é contextualizada historicamente, desde o surgimento da ciência moderna no século XVII até as transformações do século XXI, marcadas por avanços tecnológicos e uma visão de mundo eurocêntrica que promoveu a dominação da natureza e a globalização do estilo de vida capitalista.

São destacados os impactos ambientais cumulativos da intervenção humana na natureza, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de recursos naturais e os desastres ambientais. Além disso, o texto aborda a relação entre crescimento populacional, desenvolvimento tecnológico e degradação ambiental.

Ao longo do texto, são apresentadas reflexões sobre a necessidade de uma abordagem transdisciplinar na Educação Ambiental, que integre conhecimentos científicos e não científicos e promova uma nova maneira de pensar e produzir. Destaca-se a importância de uma economia que considere os limites ambientais e os valores éticos, como solidariedade e justiça social.

Em suma, o texto enfatiza a urgência de uma mudança de paradigma em direção a uma sociedade sustentável, baseada em uma nova relação entre seres humanos e natureza, e destaca o papel crucial da Educação Ambiental nesse processo.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

O artigo aborda a Educação Ambiental como um processo essencial para alcançar sociedades sustentáveis e uma responsabilidade global. Destaca a importância da aprendizagem contínua, baseada no respeito por todas as formas de vida, visando à transformação humana, social e à preservação ecológica.

O tema central do texto é a necessidade de promover uma abordagem holística e interdisciplinar na Educação Ambiental, envolvendo valores como

pensamento crítico, igualdade, respeito aos direitos humanos e solidariedade. Também enfatiza a importância de uma visão sistêmica das questões ambientais globais e a necessidade de ações políticas concretas para promover mudanças.

Os princípios estabelecidos no texto incluem o reconhecimento da educação como um direito de todos, a promoção do pensamento crítico e inovador, a valorização da diversidade cultural e ecológica, e o estímulo à cooperação mútua e equitativa nos processos de tomada de decisão.

O plano de ação proposto inclui diretrizes para transformar o tratado em documentos educativos, promover estudos comparativos entre tratados e ações educativas locais, capacitar recursos humanos, promover a cooperação entre organizações e movimentos sociais, e garantir a democratização dos meios de comunicação de massa.

Por fim, o texto destaca a importância da coordenação, monitoramento e avaliação das ações propostas, bem como a mobilização de diversos grupos e setores da sociedade para implementar suas diretrizes.

O Sistema de Gestão Ambiental como estratégia da Educação Ambiental no Senac de São José dos Campos (SP)

O texto aborda a integração do sistema de gestão ambiental (SGA) como uma estratégia para a Educação Ambiental no SENAC São José dos Campos. Começando com a introdução, onde é explicado que o trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado em Ciências Ambientais, o texto destaca a importância da conscientização ambiental na formação dos alunos e propõe uma intervenção para sensibilizar tanto os professores quanto os alunos sobre a questão ambiental. A metodologia utilizada incluiu pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários com alunos e professores para entender a percepção deles sobre a integração do SGA com a prática educacional.

Na seção sobre o contexto da pesquisa, é apresentado o SENAC São José dos Campos como uma instituição de ensino voltada para a formação profissional e cidadã, destacando seus esforços em promover a Educação Ambiental. São descritas diversas práticas sustentáveis adotadas pela instituição, como compostagem, horta pedagógica, coleta seletiva de resíduos, entre outras.

Os resultados e discussões mostram que a maioria dos alunos reconhece a importância do SGA para a instituição, mas há espaço para melhorias na comunicação e integração das práticas de Educação Ambiental. Os alunos expressaram sugestões para maior envolvimento dos professores e integração das práticas de SGA com o currículo dos cursos técnicos.

Por fim, o texto destaca a importância da educação crítica e emancipatória na formação dos alunos, ressaltando o papel dos educadores como agentes de transformação social. Conclui-se que a integração do SGA na dinâmica educacional pode contribuir significativamente para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade ambiental.

Descarte de resíduos sólidos em terras indígenas e Educação Ambiental: as estratégias do povo Gavião lidar com o lixo na Amazônia

O artigo descreve o manejo de resíduos sólidos pelos Gavião na Terra Indígena Governador, na Amazônia, através de um estudo etnográfico. A relação entre períodos de proximidade e afastamento da cidade influencia as práticas de manejo de resíduos. A Gincana do Meio Ambiente, organizada pelos professores da escola indígena, integra conhecimentos científicos e tradicionais para conscientizar sobre os resíduos.

O aumento do consumo de produtos industrializados derivados do petróleo tem gerado preocupação com o descarte de resíduos sólidos nas aldeias. Os Gavião buscam formas de gerenciar esses resíduos e conscientizar a comunidade por meio da Educação Ambiental. A abordagem dos 5 Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar) é adotada para lidar com o lixo. Ações como a distribuição de mudas de frutas nativas e a construção de casas de farinha visam reduzir o consumo de produtos industrializados. A Gincana do Meio Ambiente nas escolas indígenas promove a conscientização ambiental e integra conhecimentos tradicionais e científicos. A relação entre os Gavião e o lixo na floresta reflete questões sociais e ambientais mais amplas na região amazônica. A Educação Ambiental é vista como uma ferramenta para promover mudanças de atitude e conscientização sobre a importância do meio ambiente. A participação da comunidade nas atividades, incluindo adultos e idosos, destaca a integração entre conhecimentos tradicionais e científicos na abordagem dos problemas ambientais.

Aducação Ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

O artigo discute o processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, com foco na inclusão da Educação Ambiental no ensino formal. Desde os anos 1980, houve avanços legais e curriculares nesse sentido, culminando na inclusão da temática nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998. No entanto, o governo federal propôs uma nova BNCC, aprovada em 2018, na qual a Educação Ambiental não está explícita.

O texto revisa documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), os PCNs e a BNCC. As DCNEA estabelecem a base legal para a inclusão da Educação Ambiental no currículo, enquanto os PCNs e a BNCC fornecem diretrizes curriculares. Os PCNs, de 1988, incluíram a temática ambiental como um dos "Temas Transversais", promovendo sua abordagem interdisciplinar.

A BNCC, por sua vez, visa alinhar os currículos em todo o país, mas nas versões preliminares não mencionava explicitamente a Educação Ambiental. A segunda versão, mais completa, abordava o tema em 26 oportunidades,

reconhecendo sua importância global e legal. No entanto, na terceira versão, a menção à Educação Ambiental foi reduzida.

O artigo destaca críticas de especialistas à falta de ênfase na Educação Ambiental na BNCC, enfatizando a importância de políticas públicas contínuas e aprimoradas nessa área. Conclui-se que, embora a temática tenha sido abordada em versões iniciais da BNCC, sua presença foi diminuída nas versões finais, levantando preocupações sobre o futuro da Educação Ambiental no ensino formal.

Saberes tradicionais e Educação Ambiental no Brasil: possibilidades e desafios

O texto discute a importância da integração dos saberes tradicionais afro-brasileiros e indígenas na Educação Ambiental (EA) no Brasil. A partir de uma entrevista com a makota Cássia Kidoialê, líder da Comunidade Kilombola Manzo Ngunzo Kaiango em Belo Horizonte, o texto aborda três partes principais.

Na primeira parte, são apresentados conceitos fundamentais de EA e seus marcos legais no Brasil e no mundo. Destaca-se que a EA não se limita à conservação do meio ambiente, mas busca a transformação social e a construção de uma relação ética entre seres humanos e natureza.

Na segunda parte, discute-se o apagamento histórico dos saberes tradicionais afro-brasileiros e indígenas na construção da EA. Esses saberes foram negligenciados e marginalizados pela sociedade ocidental, resultando em uma dissociação entre os saberes tradicionais e as práticas educacionais formais.

Na terceira parte, são apontadas possibilidades de articulação dos saberes tradicionais com a EA, visando construir um modelo diverso, inclusivo e amplo. A incorporação desses saberes pode ocorrer por meio de práticas como o resgate das tradições ancestrais, a valorização da diversidade cultural e a promoção de diálogos interepistêmicos.

Destaca-se a importância de fóruns e iniciativas que promovam o protagonismo dos saberes tradicionais na EA, como o Programa de Saberes Tradicionais da UFMG. Essas iniciativas podem contribuir para superar os desafios impostos por uma concepção tecnocrata da EA e promover uma abordagem mais inclusiva e diversa.

Em suma, o texto defende que a integração dos saberes tradicionais afro-brasileiros e indígenas é essencial para uma EA verdadeiramente transformadora, que promova a valorização da diversidade cultural e a construção de uma relação sustentável com o meio ambiente.

Conclusão

O presente artigo teve como objetivo sintetizar textos diversos sobre Educação Ambiental, com ênfase em políticas públicas, proporcionando uma visão abrangente e multifacetada deste campo crucial para o desenvolvimento sustentável. Ao longo da análise, ficou evidente que a Educação Ambiental não é apenas uma ferramenta educativa, mas também uma estratégia vital para fomentar a conscientização e a responsabilidade ecológica. Os textos abordados destacaram a importância de integrar práticas sustentáveis no currículo escolar, a necessidade de políticas públicas eficazes e a participação ativa da comunidade.

A convergência de diferentes perspectivas sugere que a Educação Ambiental deve ser um esforço contínuo e colaborativo, envolvendo educadores, estudantes, governos e a sociedade civil. Somente através de uma abordagem holística, que englobe aspectos ecológicos, econômicos e sociais, será possível promover uma mudança significativa na forma como nos relacionamos com o meio ambiente.

Portanto, a Educação Ambiental emerge como um componente essencial para a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação dos recursos naturais e na construção de um futuro sustentável. É imperativo que continuemos a expandir e aprofundar nossas práticas educacionais neste campo, garantindo que as futuras gerações estejam preparadas para enfrentar os desafios ambientais com conhecimento, criatividade e determinação.

Referências

- AGUIAR, M. C. de; AGUIAR, D. R. da C.; CASTRO, C. V. de. O sistema de gestão ambiental como estratégia da Educação Ambiental no Senac de São José dos Campos (SP). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 14, n. 1, p. 132–148, 2019.
- ARAGÃO, J. P. G. de V. As políticas de Educação Ambiental e suas repercussões sobre o planejamento da educação básica no ensino público brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 263–278, 2016.
- CARVALHO, F. M. de. Saberes tradicionais e Educação Ambiental no Brasil: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 113–125, 2023.
- CASTRO, E. M. N. V. de; SILVA, E. R. da; CASTRO, K. N. V. de. Educação Ambiental para além do capital: um desafio do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 507–527, 2020.
- GARCIA, B. O.; TRENTO, L. G.; BRAGA, M. R. Romper paradigmas para construção de Sociedades Sustentáveis: agroecologia na formação de redes, economia local solidária e políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 7, p. 314–333, 2020. abr. 2024.

GRANDISOLI, E.; CURVELO, E. C.; NEIMAN, Z. Políticas públicas de Educação Ambiental: História, formação e desafios. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 6, p. 321–347, 2021.

LIMA, A. A. de; RIBEIRO, F. D.; SILVA, M. R. C.; SANTOS, D. de A. V. dos; MELO, M. Descarte de resíduos sólidos em Terras Indígenas e Educação Ambiental: as estratégias do povo Gavião lidar com o lixo na Amazônia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, n. 5, p. 431–444, 2023.

NEIMAN, Z. TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 18, 2023.

OLIVEIRA, L. de; NEIMAN, Z. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 3, p. 36–52, 2020.

OLIVEIRA, F. A. G. A Educação Ambiental como meio para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 11, n. 5, p. 39–52, 2016.

SOBRAL, M. de M. A importância do pensamento reflexivo crítico e criativo na Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 314–343, 2014.

VIEIRA, S. R.; CAMPOS, M. A. T.; MORAIS, J. L. de. Indicadores de avaliação para o campo da Educação Ambiental no sistema educativo: processo de construção à luz do ciclo de políticas e da teoria da atuação. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 3, p. 351–370, 2022.